



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA

Rua Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG

CNPJ/MF 20.571.501/0001-35

### PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2011

***“Estabelece critérios para fixação de preços públicos para a execução de serviços a terceiros, nos casos que específica e dá outras providências”.***

#### **O PREFEITO MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG,**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece, em atendimento ao disposto no artigo 145 da Lei Orgânica Municipal, critérios para fixação de preços públicos, visando o ressarcimento pelo valor despendido com equipamentos públicos na execução de serviços contratados por terceiros, e não especificamente incluídos no regime de taxa.

**Parágrafo Único.** Os preços cobrados pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços.

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo autorizado a fixar preços públicos pelos seguintes serviços colocados à disposição de terceiros pelo Município em caráter de empresa, e suscetíveis de serem explorados pela iniciativa privada:

- I – Serviços de transporte de cargas em caminhões;
- II – Serviços de transporte de passageiros, em ônibus coletivos e rodoviários;
- III – Serviços de patrulha agrícola;
- IV – Serviços de máquinas leves e pesadas.

**Parágrafo Único.** Na fixação do preço público, levar-se-á em consideração a distância percorrida pelo equipamento público, bem como o montante dos serviços realizados, podendo inclusive haver diferenciação de valores em virtude das distâncias percorridas e do montante dos serviços executados.

**Art. 3º.** O Poder Executivo poderá conceder remissão parcial ou total de preço público, quando se tratar de serviços prestados a:

- I – outros entes da Federação, inclusive suas Autarquias e Fundações;
- II - entidades sem fins lucrativos de caráter educacionais, representativas de classes, religiosas, assistenciais, beneficentes, culturais, filosóficas, recreativas, esportivas e representativas de moradores;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**

**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**

**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

- III** - beneficiário do Programa Bolsa Família, do Governo Federal;
- IV** - agricultores familiares, a acampados e aos assentados em Programa de Reforma Agrária;
- V** – eventos de caráter educacional e cultural.

**Art. 4º.** Os equipamentos públicos a que referem esta Lei serão colocados à disposição da população, a critério da Administração, quando houver disponibilidade, sem prejuízos para os serviços públicos afetos aos referidos equipamentos, nos termos do regulamento.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo expedirá agendamento das datas em que os equipamentos públicos poderão ser colocados à disposição da população, na forma prevista nesta Lei, dispondo sobre o limite de uso por contratante.

**Art. 5º.** Além dos valores dos preços públicos a que refere esta Lei, o contratante dos serviços arcará com as despesas de diária do motorista, que serão entregues diretamente a este, observados os valores estabelecidos pelo Poder Executivo, nos termos do regulamento e ainda pelas despesas relativas a pedágio e estacionamento, quando for o caso.

**Art. 6º.** Para contratar serviços remunerados por preço público na forma prevista nesta Lei, o interessado deverá apresentar requerimento na forma prevista no regulamento, acompanhado com no mínimo comprovação de recolhimento dos valores do preço público relativos aos serviços contratados e certidão negativa de débito com o Município de Bonfinópolis de Minas-MG.

**Parágrafo Único.** Na impossibilidade de realização dos serviços contratados e pagos ou no caso de desistência por parte do contratante, a Prefeitura Municipal restituirá os valores recolhidos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do pedido de restituição.

**Art. 7º.** A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º.** Os recursos ingressos nos cofres públicos na forma disposta nesta Lei serão contabilizados no orçamento municipal, observadas a legislação atinente.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, 16 de novembro de 2011.

**LUIZ ARAÚJO FERREIRA**  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**  
**REGIÃO GEO-ECONÔMICA DE BRASÍLIA**  
**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG**  
**CNPJ/MF 20.571.501/0001-35**

## **JUSTIFICATIVA**

**Referência:** Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_, de 16 de novembro de 2011, que *“Estabelece critérios para fixação de preços públicos para a execução de serviços a terceiros, nos casos que especifica e dá outras providências”*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,  
Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei *“estabelece critérios para fixação de preços públicos para a execução de serviços a terceiros, nos casos que especifica e dá outras providências”*

A referida regulamentação objetiva atender o disposto no artigo 145 da Lei Orgânica Municipal.

Como se sabe é grande a demanda de utilização de equipamentos públicos, principalmente caminhões, ônibus e tratores agrícolas, por terceiros. Entretanto, até a presente data não há qualquer regulamentação para a referida utilização, sendo pois necessário estabelecer os critérios, o que se faz mediante lei, conforme previsto no artigo 145 da Lei Orgânica do Município.

Após a aprovação, a lei será regulamentada por Decreto, com a fixação dos respectivos preços públicos.

São estas, nobres vereadores as justificativas que tenho a apresentar.